

Ulysses acha certa decisão dos deputados sobre CDDPH

15 MAI 1961

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, afirmou ontem que foi “uma decisão acertada” a deliberação da bancada do partido na Câmara, exigindo a quebra do sigilo das reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, como condição para a participação da Oposição.

— O sigilo, neste caso, fere profundamente uma das garantias do indivíduo — disse Ulysses.

Ele lembrou que entre os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem está a garantia de que os julgamentos e processos sejam públicos.

Apesar do respaldo de Ulysses à decisão da bancada da Câmara, a questão não está encerrada. A bancada no Senado já havia deliberado pela participação sem condicionantes, e seu líder, Marcos Freire, defende a volta da Oposição ao CDDPH. Acha que a deliberação dos deputados deve ser interpretada como um assentimento ao comparecimento do partido, desde que este comunique ao Ministro da Justiça que o conteúdo dos encontros será divulgado.

— Não cabe a nós impor decisões ao Conselho — disse Freire — mas tão-somente comunicar que, como líderes no exercício de uma delegação, temos a obrigação de prestar contas aos nossos liderados do que se passar nas reuniões.

EXECUTIVA DECIDE

A interpretação do líder na Câmara, Odacir Klein, para a decisão de sua bancada, é de que a autorização para participação no CDDPH foi condicionada à prévia suspensão do sigilo.

Marcos Freire acha que o PMDB deverá “deixar claro em que condições participa do CDDPH: aquelas inerentes ao exercício de uma delegação, e que são as mesmas dos que ali representam várias entidades, a exemplo da OAB e da ABI”. Ele acredita que, declarando oficialmente que divulgarão os assuntos tratados, os representantes da Oposição estarão em posição de “nem se subordinar ao sigilo, nem exigir do Conselho que mude suas regras”.

A decisão final deverá caber à Executiva Nacional do PMDB, que se reúne dentro de 15 dias. Os líderes do partido no Senado e na Câmara têm assunto no CDDPH na qualidade de líderes da Minoria nas duas Casas do Congresso.

Ulysses Guimarães considera que cabe à Executiva a palavra final, pois a decisão ultrapassa o âmbito das bancadas, ficando a nível da direção nacional do partido.